EDUCAÇÃO SEXUAL: AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES DE BIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO

SEXUALITY EDUCATION: THE PERCEPTIONS OF HIGH SCHOOL BIOLOGY TEACHERS

EDUCACIÓN SEXUAL: LAS PERCEPCIONES DE LOS PROFESORES DE BIOLOGÍA DE LA ESCUELA SECUNDARIA

Nívea Aparecida Alves de Morais¹; Zara Faria Sobrinha Guimarães²; João Paulo Cunha de Menezes³

Resumo

Falar sobre sexualidade para os adolescentes em sala de aula é de grande relevância, porque é na adolescência que a maioria deles inicia relacionamentos sexuais. Desta forma, este trabalho teve como objetivo analisar como a temática sexualidade é abordada nas escolas pelos professores de biologia do ensino médio. A pesquisa foi realizada com dez professores. Os resultados mostram que, apesar dos obstáculos que dificultam a abordagem de temas relacionados à sexualidade, os professores sabem da importância e necessidade de se debater essa temática com os estudantes. Os resultados nos permitiram constatar, ainda, que a educação sexual é uma necessidade e, na opinião dos docentes, o tema diz respeito a todos os professores, não devendo ser restrito aos docentes de biologia.

Palavras-chave: Ensino de Biologia; Educação Sexual; Adolescentes.

Abstract

Talking about sexuality to adolescents in the classroom is of great relevance, because it is during adolescence that most of them start sexual relationships. Thus, this work aimed to analyze how the theme of sexuality is approached in schools by high school biology teachers. The research was carried out with ten teachers. The results show that, despite the obstacles that hinder the approach of themes related to sexuality, the teachers know the importance and need to discuss this theme with the students. The results also allowed us to verify that sex education is a necessity, and, in the opinion of the teachers, the theme concerns all teachers, and should not be restricted to biology teachers.

Keywords: Teaching Biology; Sexual Education; Adolescents.

Resumen

Este trabajo tenía como objetivo analizar cómo se aborda la sexualidad en las escuelas por los profesores de biología de la escuela secundaria. La investigación se llevó a cabo con diez profesores. La naturaleza de la investigación fue cualitativa. Los resultados encontrados muestran que los profesores, a pesar de los obstáculos que dificultan el tratamiento de las cuestiones relacionadas con la sexualidad, conocen la importancia y la necesidad de discutir este tema con los estudiantes, pero necesitan recursos para ayudarles en sus prácticas. Los resultados también mostraron que la educación sexual es una necesidad y, en opinión de los profesores, concierne a todos los maestros y no debe limitarse a los profesores de biología.

Palabras clave: Enseñanza de la biología; Educación sexual; Adolescentes.

³ Doutor em Ciências - Universidade Federal de Lavras (UFLA) - Lavras, MG, Brasil. Professor adjunto, Núcleo de Educação Científica da Biologia, Instituto de Ciências Biológicas - Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF - Brasil. E-mail: jpaulo_bio@hotmail.com



¹ Mestre Ensino de Biologia - Universidade de Brasília (UnB) - Brasília, DF, Brasil. Professora de educação básica. E-mail: nivea.51@hotmail.com

² Doutora em Educação - Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF - Brasil. Professora aposentada -Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF - Brasil. E-mail: zaraguimaraes 7 @ gmail.com

1 Introdução

A educação sexual é habitualmente definida como um ato destinado a transmitir pensamentos, pontos de vista, valores, comportamentos e hábitos em relação ao sexo (SINAI; SHEHADE, 2019). Werebe (1998) complementa a definição afirmando que

> A educação sexual compreende todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores ligados à sexualidade. A educação sexual, num sentido amplo, processo global, não intencional, sempre existiu, em todas as civilizações, no decurso da história da humanidade, de maneira consciente ou não, com objetivos claros ou não, assumindo características variadas, segundo a época e as culturas (WEREBE, 1998, p. 138). A expressão educação sexual parece ser a mais indicada para designar a prática educativa intencional em matéria de sexualidade (WEREBE, 1998, p. 154)

A sexualidade manifesta-se como parte integrante do desenvolvimento de todos os indivíduos, ao longo de sua vida sendo compreendida como um conceito que não se restringe apenas ao ato de concepção, mas que engloba outros componentes (sociais e históricos) e se expressa em diversos atos, valores, rituais e representações que expressam prazeres e desejos (QUIRINO; ROCHA, 2012).

Embora os dados mostrem consistentemente que a educação sexual abrangente leva a taxas mais baixas de comportamento de risco entre os adolescentes (FROST; LINDBERG; FINER, 2012), no Brasil, a legislação ainda falha na realização desta temática nas escolas. A temática ganhou destaque nos documentos curriculares oficiais como nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM). Para os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (BRASIL, 1998), a orientação sexual deve ser tratada ao longo de todos os ciclos de escolarização, principalmente a partir da quinta série. Além da transversalização, o tema comporta uma sistematização e um espaço específico, indicando uma necessidade de intensificação dos trabalhos a partir dos ciclos finais do ensino fundamental.

Ainda para os PCN's:

Do sexto ano em diante, os alunos já apresentam condições de canalizar suas dúvidas ou questões sobre sexualidade para um momento especialmente reservado para tal, com um professor disponível. Isso porque, a partir da puberdade, os alunos também já trazem questões mais polêmicas sobre sexualidade e já apresentam necessidade e melhores condições para refletir sobre temáticas como aborto, virgindade, homossexualidade, pornografia, prostituição e outras (BRASIL, 1998, p. 308).

Para Altmann (2001), o caráter informativo da orientação sexual nos PCN's está vinculado à visão de sexualidade presente no documento. A sexualidade é concebida como um dado da natureza, como "algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida". Fala-se em "necessidade básica", "em potencialidade erótica do corpo", "em impulsos de desejo vividos no corpo" sobre o que os sujeitos, principalmente os adolescentes, precisam ser informados (BRASIL, 1998, p. 580).

Conforme Zampero et al. (2018), na adolescência, o estudo da sexualidade não deve se limitar apenas ao aprendizado do corpo humano e da afetividade envolvida na sexualidade, mas abranger também questões que envolvem o contexto social e cultural, proporcionando a tomada de decisões e o cuidado com si e com o outro. Os autores salientam, ainda, que nos PCN's do Ensino Médio não há referências sobre relações de gênero, discriminação e homossexualidade.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio - DCNEM (BRASIL, 2013), a proposta transdisciplinar apresentada nos PCN's é ratificada, com o objetivo de inserir temas atuais como sexualidade, relações de gênero e diversidade sexual no currículo escolar. O documento enfatiza ainda que o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas deve conter atividades que promovam a saúde física e mental, saúde sexual e reprodutiva e prevenção ao uso de drogas (BRASIL, 2013). Vale ressaltar que assuntos como gênero e diversidade sexual são apontados nas DCNEM's a fim de prepararem os estudantes para o convívio com as diferenças e diminuição do preconceito.

O parâmetro educacional nacional mais atual, a Base Nacional Comum Curricular -BNCC (BRASIL, 2018) traz competências gerais para tratar o tema na educação Básica. No entanto, a abordagem tratada na BNCC é restrita ao oitavo ano do ensino fundamental e relacionada aos conteúdos de reprodução, estando inserida na unidade temática "Vida e Evolução". Nota ainda, uma abordagem da temática sexualidade apenas na dimensão biológica, além de silenciar questões de gênero e tratar questões relacionadas aos Direitos Humanos de forma superficial. No que se refere ao ensino médio, não há explícito, no seu texto, os termos sexo, sexualidade e gênero, nem tampouco em suas habilidades e competências. O documento considera que é responsabilidade da escola identificar e analisar vulnerabilidades vinculadas aos desafios aos quais os jovens estão expostos, levando em consideração as dimensões física, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar.

Silva, Brancaleoni e Oliveira (2019) afirmam que, em relação à educação sexual, a BNCC não apresentou avanços sobre os documentos anteriores, o que pode colaborar para que essa temática não seja inserida nos processos educacionais. Zompero et al. (2018) reiteram que a BNCC, por se tratar de um documento oficial que orienta propostas curriculares de todos os estados, necessita contemplar a temática sexualidade de forma mais específica, principalmente em suas habilidades que expressam o que de fato precisa ser aprendido pelos estudantes. Embora o documento não aborde o assunto sexualidade, reconhece neste documento como uma das finalidades do ensino médio o autoconhecimento e autorresponsabilidade com o corpo,

sentimentos, emoções e relações interpessoais, evidenciando o autorrespeito e o respeito mútuo, assuntos que podem fazer os professores oportunizar o diálogo sobre sexualidade em suas aulas. Porém, oportunizar não significa realizar, ficando a abordagem de acordo com o interesse do docente, já que não há a obrigatoriedade explicita nos documentos. Desta forma, o papel que os docentes assumem, dá-lhes particular relevância na articulação e criação de um ambiente em que a sexualidade dos jovens pode ser abordada (PRESTON, 2019). Segundo Guerra, Cusati e Costa (2018), cabe aos docentes iniciarem processos de mudanças e alterações na forma de abordagem da educação sexual na escola, a fim de buscarem alternativas para os desafios provenientes das transformações sociais; reforçam ainda que, diante de tantas mudanças não há mais espaço para discriminações, omissão e desinformação.

A literatura na área tem apresentado os múltiplos papéis que os professores desempenham na promoção da saúde sexual e do bem-estar dos jovens (KIRBY; OBASI; LARIS, 2006; YU, 2012; EISENBERG et al., 2013; KING, 2017). Eisenberg et al. (2013) analisando como o conteúdo de educação sexual é ensinado e quais barreiras os professores de escolas públicas enfrentam observaram que quase dois terços dos docentes enfrentaram barreiras estruturais para tratar o tema. Para esses autores, os docentes representam o primeiro contato que os estudantes têm com o tema, ajudando-os a lidar com mensagens confusas e conflitantes relacionadas à sua vida pessoal, social e sexual. No entanto, romper as barreiras que os professores possuem requer uma abordagem multifacetada, incluindo formação continuada, avaliação do currículo escolar e reformulação do debate político para apoiar tópicos de educação sexual (EISENBERG et al., 2013). Além disso, como os professores se associam diretamente com seus estudantes diariamente, em princípio eles podem compreender melhor as políticas relacionadas com o tema e o que os jovens realmente desejam (KIRBY; OBASI; LARIS, 2006) Por exemplo, foi observado que muitos professores acham que a educação sexual baseada na abstinência não é o que os estudantes querem e os professores são abertamente contra essa abordagem em sua sala de aula (YU, 2012). Além disso, o conhecimento, as habilidades e as formas com que os professores trabalham o tema influenciam as atitudes e a motivação dos estudantes para receber educação sexual nas escolas (KING, 2017). As evidências mostram que os professores que têm uma perspectiva positiva e se veem como 'protetores' e 'amigos' dos estudantes, provavelmente incentivam um aprendizado mais significativo (BUSTON; WIGHT; HART, 2002). Desse modo, cabe aqui questionar por que tratar de assuntos relacionado à sexualidade se mostra tão desafiador para os professores.

Sarmento et al. (2018) constataram a existência de certo grau de dificuldade por parte das escolas em aderir à diretriz curricular que orienta a inserção da educação sexual como tema transversal. Os motivos destas dificuldades são: resistência dos docentes de outra área que transferem a responsabilidade para os professores de ciências ou biologia; relações de confiança fragilizada entre estudante-professor, alguns docentes possuem tabus e preconceitos e não se sentem confortáveis em abordar tal conteúdo em sala de aula, entre outros. Importante ressaltar que, mesmo nas disciplinas de ciências e biologia, em que o tema sobre sexualidade é comumente tratado, as abordagens limitam-se ao aspecto biológico e não oportuniza uma

compreensão ampliada (SARMENTO et al., 2018). Louro (2018) aponta que, devido às dificuldades de abordagem sobre temáticas relacionadas à sexualidade, a escola que deveria ser um lugar de conhecimento e aprendizado se mantém, com relação ao tema, como o lugar do obscurantismo e desinformação. Corroborando com a citação anterior, Barbosa e Folmer (2019 p. 234) também afirmam que "há indícios de que os adolescentes almejam e necessitam de um espaço de escuta dentro da escola, para que suas dúvidas e curiosidades sejam acolhidas e sanadas da melhor maneira possível, sem mitos ou inverdades". Porém, a falta de preparo dos professores tem sido apontada como um dos principais fatores que dificultam o desenvolvimento da educação sexual na escola. Assim, é urgente e necessário que as escolas possibilitem um espaço para que estudantes-professores-pais possam discutir e refletir a importância da educação sexual. Barbosa e Folmer (2019) destacam a necessidade que os cursos de formação inicial docente incluam, nos seus currículos, estudos dos temas relacionados à sexualidade e educação sexual. Britzman (2018) reitera que é necessário que os professores revejam seus conceitos e representações acerca da educação sexual, a fim de que estejam abertos para o debate e esclarecimento de dúvidas. No entanto, Barbosa e Folmer (2019) mostram que outro desafio enfrentado pelos professores e que dificulta o desenvolvimento da educação sexual na escola é a aprovação dos pais. Para os autores, alguns pais se mostram receosos quanto ao acesso de seus filhos à informações relacionadas a sexualidade e sugerem envolvê-los nas discussões como forma de diminuir a resistência dos mesmos.

A educação sexual é exigida por lei em alguns países (eg. França, Portugal, Alemanha, outros) e é recomendada em outros, tendo as escolas como os principais locais para a realização de processos de educação formal para crianças e jovens em relação à saúde sexual (MAIA; VILAÇA, 2020). No contexto escolar, os professores são importantes agentes mediadores desse processo, devendo considerar esta disciplina no currículo pedagógico e em suas propostas pedagógicas (MAIA; VILAÇA, 2017). No entanto, é comum encontrar entre professores dificuldades pessoais ou lacunas na formação acadêmica que os impedem assumir esse trabalho. Além disso, a falta de materiais e recursos didáticos, como obstáculos na instituição escolar ou nas relações dos professores com as famílias dos estudantes, podem dificultar ainda mais este processo (MAIA; VILAÇA, 2017; VIEIRA; MATSUKURA, 2017).

Considerando que o exercício da sexualidade pelo indivíduo é um direito que exige esforços da sociedade para sua plena garantia, é importante ampliar as pesquisas sobre o tema junto aos professores, visando contribuir para o seu desenvolvimento. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi conhecer a percepção sobre sexualidade e educação sexual dos/as professores/as do ensino médio de escola pública no município João Pinheiro, Minas Gerais. É a partir desse conhecimento que valores, conceitos e representações sobre a temática sexualidade e seu processo educativo podem ser acessados, apreendidos e utilizados como subsídio para propostas pedagógicas que favoreçam a autonomia e o aprendizado da cooperação e da participação social.

2 Procedimentos metodológicos

Para o presente trabalho foram utilizados procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa em Educação. Segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada e preocupa-se em retratar a perspectiva dos participantes, enfatizando mais o processo do que o produto.

Participaram da pesquisa um grupo de 10 docentes do ensino médio, com graduação em biologia, que atuavam em escolas públicas da cidade de João Pinheiro - Minas Gerais, e que aceitaram os termos da pesquisa. Com o intuito de preservar a identidade dos professores adotou-se a letra P seguida de numeral 1 (P1) para denominar o professor 1, P2 para denominar o professor 2 e assim sucessivamente. As faixas etárias dos participantes variam de 25 a 58 anos, sendo dois professores de 25 a 35 anos, cinco professores com idade entre 36 e 45 anos e três com faixa etária entre 46 e 58 anos. Todos os professores eram do sexo masculino.

A coleta de dados foi feita mediante aplicação de questionários e entrevistas aos docentes. Esses instrumentos possibilitaram perceber suas concepções acerca da educação sexual. O questionário foi dividido em duas partes: a primeira abrangeu a apresentação do entrevistado na intenção de qualificação da amostra e a segunda parte foi constituída por onze perguntas as quais correspondiam à opinião pessoal. Além da aplicação dos questionários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os professores que apresentaram interesse e disponibilidade para participarem dessa etapa da pesquisa. Dos dez professores convidados, três aceitaram participar das entrevistas. A entrevista atuou como forma de complementar e esclarecer possíveis lacunas deixadas pelo questionário. Na perspectiva de Ludke e André (2011), a entrevista é bastante eficaz na coleta de informações desejadas, criando espaços de construção conjunta de materiais sobre o tema.

Para manter o sigilo e a confidencialidade da identidade dos entrevistados estes foram designados no texto como Entrevistados (E.1), (E.2) e (E.3). Antes de iniciar a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas, foi fornecido a cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual explicitamos o nosso comprometimento com a questão ética da pesquisa. O documento foi assinado pelo pesquisador, que se comprometeu com a ética do anonimato e com o respeito às falas registradas, e a assinatura dos participantes da pesquisa, que declaram seu consentimento em fornecer os dados.

As análises das questões do questionário e das entrevistas se deram por meio da metodologia de Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2006), em que

[...]um processo [de análise] se inicia com uma unitarização em que os textos são separados em unidades de significado. Estas unidades por si mesmas podem gerar outros conjuntos de unidades oriundas da interlocução empírica, da interlocução teórica e das interpretações feitas pelo pesquisador. Neste movimento de interpretação do significado atribuído pelo autor exercita-se a apropriação das palavras de outras vozes para compreender melhor o texto. Depois da realização desta unitarização, que precisa ser feita com intensidade e profundidade, passa-se a fazer a articulação de significados semelhantes em um processo denominado de categorização. (MORAES; GALIAZZI, 2006, p.118)

As categorias de análise foram idealizadas a posteriori e serviram para descrever os sujeitos de pesquisa e suas opiniões sobre o ensino de sexualidade na escola.

Na realização da pesquisa, foi garantida, a cada professor, a liberdade de opinião e o direito de não se manifestar, caso não se sentisse confortável para isso. Foi expressamente garantido que o professor poderia se recusar a responder qualquer questão ou participar de qualquer procedimento que lhe causasse descontentamento ou mal-estar, além disso, poderia se retirar da atividade ou faltar a encontros, não havendo dano. O trabalho foi aprovado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília sob o CAAE: 18487619.9.0000.0030.

3. Resultados e discussões

Ao serem questionados sobre a necessidade de os estudantes receberem Educação Sexual, todos os professores responderam que concordam com essa premissa, pois acreditam ser importante educar os jovens para a sexualidade. Os relatos abaixo exemplificam essa visão:

> E1. Acho sim. Porque nossos jovens, muitas vezes, estão muito ansiosos por informações, precisávamos falar mais, ter mais tempo né? Estamos precisando dar mais ênfase em questões de gênero, trabalhar sobre o machismo, o quanto a sociedade é machista, abuso sexual e outros assuntos que são importantes, como a homofobia, entre outros temas importantes. (Entrevista)

> E3. Sim, acho relevante, mas não concordo que apenas os professores de Biologia devam trabalhar sobre sexualidade, esse assunto deveria perpassar todas as disciplinas. (Entrevista)

De acordo com esses relatos, é possível perceber que os professores, mesmo com dificuldades ou resistência para abordar essas temáticas, sabem como é importante esse trabalho e reconhecem suas limitações frente a essa demanda. Outro ponto importante é que essas pautas, geralmente, são pleiteadas pelos próprios estudantes que apresentam suas dúvidas, questionamentos, anseios e inquietudes. Nesse sentido, Marafon (2017) demonstra que os estudantes têm interesse e querem debates e discussões sobre sexualidade. Conforme Barbosa e Folmer (2019), há evidências de que os estudantes desejam e precisam que a escola seja um local que os acolha e os ouça, para que suas dúvidas e curiosidades sejam sanadas da melhor maneira possível, livre de mitos e tabus. Vieira et al. (2018) acrescentam que a escola deve ser para os alunos um local de escuta e acolhimento, oferecendo uma educação ampla, que observe, além dos conteúdos disciplinares, as questões socioculturais e que se adequem às suas necessidades.



Quando os professores foram questionados sobre a quem atribuem a responsabilidade pela Educação para a Sexualidade dos jovens, dois professores responderam que a responsabilidade seria exclusiva da escola, outros dois professores atribuíram a responsabilidade como sendo exclusiva da família e seis professores responderam que consideram responsabilidade de ambas, família e escola. Pelos resultados observados, é possível inferir que os professores acreditam que a escola tem um papel fundamental na formação dos jovens por ser um local que privilegia a busca pelo conhecimento e a formação integral dos sujeitos. Fortalecendo essa ideia, Louro (2018) esclarece que a educação para a sexualidade é algo que é muito inerente à escola, sendo esta um campo de referência para essas questões. No momento em que a escola não cumpre esse papel de trazer para as salas de aula as discussões sobre adolescência e sexualidade, ela reforça a ideia de que esses assuntos não fazem parte do conhecimento humano.

Contudo, a maioria dos professores percebe que essa não deve ser uma tarefa exclusiva da escola, pois, para que a Educação Sexual ocorra de forma efetiva, o apoio da família é fundamental. Figueiró (2016) complementa esse raciocínio afirmando que família e escola podem e devem cumprir juntas o papel de educar para a sexualidade. Para Almeida (2009), a educação sexual é um tema relevante e deve ser compartilhado entre família e escola. Para a autora, é na família que os indivíduos vivenciam e se apropriam de crenças e mitos, uma vez que ela é o primeiro local de aprendizagem. Já a importância da abordagem da sexualidade na escola parte da premissa de que a sexualidade é uma questão social.

Com relação à questão sobre como definiam Educação Sexual, as respostas foram divididas em duas categorias de acordo com o conteúdo central, baseado no modelo de práticas (DUARTE, 2010). A primeira categoria foi intitulada como: Modelo biológico-centrado e preventivo. Nesse modelo, a temática Sexualidade é abordada de forma simplista, enfatizando conteúdos relacionados ao corpo humano e prevenção de doenças, sem explorar questões sociais e culturais envolvidas na sexualidade humana.

- P3. Educação sexual é um processo que visa o ensino sobre a anatomia, a psicologia e aspectos comportamentais relacionados à reprodução humana. Costuma ter, como principal público-alvo, os adolescentes, visando à construção de uma vida sexual saudável e a prevenir problemas como a gravidez indesejada, as doenças sexualmente transmissíveis, abuso sexual etc. (Questionário)
- **P9.** Habilidades e competências para compreender as transformações emocionais e físicas do corpo em um período da vida, formação de opiniões e esclarecimentos positivos da vida sexual. (Questionário)

Nas respostas apresentadas acima, observa-se que alguns professores definiam Educação Sexual segundo o modelo biológico centrado e preventivo. Esse modelo é baseado em questões fisiológicas, aparelhos reprodutores, anatomia, em temáticas de prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e da gravidez. Nesse tipo de intervenção, o foco reside em fornecer informações aos adolescentes para que sejam adotados comportamentos preventivos, de forma que os aspectos socioculturais e subjetivos relacionados à Educação Sexual sejam preteridos. Esse modelo possui práticas predominantemente relacionadas às dimensões fisiológicas, reprodutivas e preventivas (DUARTE, 2010).

Com base nas falas dos participantes, é possível identificar concepções preventivas que demonstram grande preocupação com a gravidez precoce bem como de infecções. Foi possível identificar, também, grande ênfase aos aspectos biológicos em detrimento dos sociais e culturais. Brancaleoni e Oliveira (2015) alertam que uma Educação Sexual focada em aspectos preventivos e biológicos pode fragilizar o processo pedagógico quando desconsidera o contexto social e cultural dos envolvidos.

A Educação Sexual deve se pautar em três pilares: biológico, psicológico e social, ficando claro que essa é uma temática interdisciplinar complexa, que deve ter como objetivo a relação de diálogo, a reflexão e o desenvolvimento de uma visão crítica por parte dos adolescentes (VILLAÇA, 2016). Diante dessas circunstâncias, considera-se que o foco restrito às questões fisiológicas, nas diferenças anatômicas entre homens e mulheres, na reprodução, modos de evitar as ISTs e na gravidez na adolescência, termina por desconsiderar demandas de adolescentes que podem estar relacionadas a outras questões. Esses conhecimentos são extremamente importantes, mas questões subjetivas, afetivas, como diversidades sexuais, gênero, ansiedades, curiosidades, entre outras que circundam o exercício da sexualidade também o são.

A segunda categoria observada se enquadra no Modelo Biopsicossocial. Dos dez docentes que participaram do estudo, três definiram Educação Sexual baseado nesse modelo. Esse modelo adota uma concepção mais ampla da sexualidade em que são incluídas questões sociais e culturais, além dos aspectos biológicos, como se pode ver a seguir:

- P4. É uma maneira de informar jovens e adolescentes a respeito da responsabilidade e cuidados que devem adotar a partir do momento em que decidem iniciar sua vida sexual. (Questionário)
- P8. Conscientização para uma vida saudável psicologicamente para jovens e adolescentes, para que no futuro sejam pessoas equilibradas e que saibam exercer sua sexualidade com prazer e respeito ao próximo. (Questionário)

Nota-se, que esses professores adotam práticas que não se restringem aos aspectos fisiológicos e reprodutivos, abordando temáticas de relevância significativa para o adolescente, ou seja, uma compreensão da sexualidade de uma forma que não seja estritamente biológica, mas, sim, que inclua questões mais subjetivas.

Lionço e Diniz (2008) afirmam que práticas voltadas para autoestima, afetividade, questões de gênero e diversidade, perspectivas de futuro, além de outras especificidades da adolescência, estão intimamente ligadas ao exercício da sexualidade e à adoção de comportamentos responsivos pelos estudantes. Em conformidade com o que afirmam esses autores, Duarte (2010) diz que a finalidade da Educação Sexual não é simplesmente diminuir comportamentos de risco, como as ISTs e gravidez indesejada, mas também estimular a qualidade da vivência da intimidade, a qualidade das relações afetivas e a contextualização destas na sua raiz cultural e social. Molina e Santos (2018) constatam em sua pesquisa entretanto que a Educação Sexual no ensino Médio é ainda direcionada aos professores de Biologia e se restringe a uma perspectiva biologicista. Os autores enfatizam que esse tipo de prática dificulta a abordagem, uma vez que a escola é um ambiente marcado pela diversidade, sendo necessária uma abordagem que contemple todos os aspectos da Sexualidade.

Ao serem questionados se já haviam recebido qualificação para trabalhar Educação Sexual nas escolas, as respostas foram organizadas em três categorias. Na primeira foram elencadas as respostas dos professores que não tiveram formação na graduação:

> P5. Não recebi, mas procuro estudar e sempre me atualizar sobre o tema. (Questionário)

> **P6.** Nunca tive uma preparação específica. As orientações que passo são as adquiridas através de pesquisas, minha vida acadêmica e pessoal. (Questionário)

Essas declarações revelam que os professores que não tiveram esses conteúdos presentes nos currículos da graduação se esforçam em busca de conhecimentos acerca do tema, procurando se atualizar por meio de pesquisas. Essa procura por conhecimento pode não ser suficiente, deixando lacunas no conhecimento e deixando o professor inseguro, constrangido e desconfortável. Esses são alguns obstáculos que dificultam a abordagem de questões relacionadas à Sexualidade. Essa realidade é também apresentada por Britzman (2018), que comenta que existem inúmeras dificuldades quando o tema da aula que envolve assuntos sobre Sexualidade, como, por exemplo, a ansiedade dos próprios professores, medo de não estarem suficientemente preparados para o debate e o receio de que a aula se transforme em um embate de conhecimentos entre estudantes e professor. Conforme Bonfim (2009), há uma contradição quando se fala em inserir essa temática nos currículos escolares, pois a mesma não está efetivamente inserida nos currículos dos cursos de licenciatura, resultando em professores que não recebem formação adequada para desenvolver ações de Educação Sexual.

A segunda categoria observada diz respeito aos relatos dos professores que afirmaram que tiveram formação na graduação:

- **P4.** Durante a graduação, tive disciplina de saúde e sexualidade, o que ajudou muito entender sobre o tema em questão. (Questionário)
- **P9.** Na graduação, tive uma disciplina sobre Sexualidade, visava capacitar o futuro professor a trabalhar assuntos relacionados à Sexualidade. (Questionário)

Com base nas respostas acima, é possível notar que, para muitos professores, a única formação recebida ocorre na graduação e que nem sempre esses professores recebem capacitação após ingressarem nas escolas. Isso faz com que sejam necessárias mudanças no processo de formação desses profissionais, para que se sintam plenamente capazes de abordar essa temática em suas várias dimensões. Segundo Leão (2016), a formação continuada fornece subsídios teóricos e práticos para os professores, deixando-os mais seguros para colocarem em prática discussões e desenvolverem um trabalho formal acerca dessa temática, possibilitando um novo olhar à Sexualidade.

No entanto, a maior parte dos professores não recebem formação específica e que a busca por conhecimentos relevantes sobre o assunto depende do seu esforço, procurando recursos didáticos que favoreçam sua prática docente, como jogos, dinâmicas, entre outros, encaixando-se na terceira categoria observada: Complementaram sua formação com cursos específicos sobre o tema: (P2). Sim, fui participante do GDPEAS, grupo de educadores que reuniam com o objetivo de se qualificar e trocar experiências sobre esse conteúdo, bem como aperfeiçoar a melhor metodologia de envolver os alunos. (Questionário)

Bulzoni et al. (2019) explica que o professor é um eterno aprendiz e necessita de formação constante para que sua prática seja consonante com a teoria e com a realidade do aluno, a fim de que haja melhoria contínua em sua prática docente. Com base no exposto, podese considerar que as concepções dos professores refletem diretamente no trabalho desenvolvido por eles em sala de aula. Mais uma vez, com os relatos dos professores, é possível perceber que a vontade de trabalhar essa temática está totalmente relacionada à formação recebida, como quando perguntados a respeito do preparo/vontade de trabalhar essa temática em sala de aula. As respostas foram divididas em três categorias: sem preparo/vontade de tratar o tema, com pouco preparo/vontade de tratar o tema e com preparo/vontade de tratar o tema.

- P3. Me sinto preparada, apesar de não ter realizado um curso específico na área. Mas a formação complementar com leitura de artigos, vídeos e materiais pedagógicos sobre o tema, ajudam muito.
- P4. Procuro me preparar sempre mais, trabalho com segurança e procuro passar sempre confiança aos alunos. Busco sempre fontes confiáveis para que as informações transmitidas sejam sempre seguras e possam contribuir para a vida sexual dos jovens e adolescentes que ali estão.
- P10. Não me sinto muito preparada, pois acredito que a capacitação que recebi na faculdade não foi suficiente, sendo assim não gosto de trabalhar essa temática.

Rodrigues e Salles (2011) apresentam em seu estudo que, quando o professor sente a necessidade ou se mostra interessado pelo tema, ele busca se aperfeiçoar, propondo-se a discutir com seus estudantes, ou seja, a formação dos professores permanece no campo da opção pessoal. Por outro lado, Figueiró (2014) aponta que a discussão de assuntos voltados para a Educação Sexual não deve passar apenas pela vontade, mas principalmente pela necessidade e urgência do debate pelos professores. A autora reforça, ainda, que o docente deve refletir acerca da sua formação, suas conviçções a respeito da sua formação inicial e qual seu papel como educador, para, assim, buscar uma formação que seja capaz de suprir as necessidades dos educandos.

Nos relatos dos docentes, pode-se perceber que a abordagem dessa temática ainda se apresenta como um desafio para esses profissionais. Alguns participantes apontaram que tanto a escola quanto os professores não estão preparados para debater questões relacionadas à sexualidade e que, devido a essa falta de preparo, evitam se aprofundar nesse assunto. A maioria dos professores afirma a importância do debate dessa temática em sala de aula, no entanto sentem falta de programas da Secretaria de Educação e que as práticas, quando acontecem, são isoladas e infrequentes.

Para Farias (2015), é fundamental a efetivação de programas destinados à formação continuada dos professores, objetivando a reflexão e a discussão sobre a heterogeneidade familiar e questões relacionadas a gênero, diversidade e sexualidade, com o propósito de prepará-los para enfrentar esses desafios no ambiente escolar. Em estudo mais recente, Queiroz e Almeida (2017) corroboram com o exposto acima ao salientarem que há a necessidade de formar professores, capacitando-os, aprimorando seu conhecimento para que tenham capacidade de estabelecer e manter uma relação de confiança com o adolescente, a fim de atingir os objetivos da educação para a sexualidade, que é levar os jovens a refletirem e a aplicarem o conhecimento para a formação integral do sujeito. Bueno e Franzolin (2017), admitem que, quanto mais acessíveis forem os materiais e recursos didáticos, mais os professores podem se beneficiar e, consequentemente, suas aulas serão melhoradas.

Quando questionados sobre a contribuição da temática sexualidade para a saúde e responsabilidade sexual dos jovens, os professores responderam afirmativamente, que esse conteúdo é fundamental para a conscientização dos jovens em formação.

- P2. Sim. Com certeza, a escola em parceria com a família propicia o melhor ambiente para o diálogo simples, sincero e necessário para tirar as dúvidas e orientá-los para que vivam plenamente a sua sexualidade com muita responsabilidade. (Questionário)
- P8. Sim. As mudanças de comportamento estão relacionadas aos ensinamentos, primeiramente, na família e depois com extensão da escola. Jovens preparados psicologicamente constroem uma sociedade diferente. (Questionário)

Baseado nos resultados referentes a essa pergunta, pode-se deduzir que educar os estudantes para a sexualidade é importante, pois eles se sentem preparados para uma vida sexual segura, promovendo o conhecimento do corpo, respeito consigo e com os outros, adotando práticas responsivas, longe de mitos e tabus.

Segundo Baptista, Baptista e Dias (2001), nessa fase em que os adolescentes estão se desenvolvendo, as experiências e vínculos que se estabelecem em contextos sociais e grupos de referência, tais como a família e a escola, mostram-se imensamente importantes, pois oferecem possibilidades para que os sujeitos se aprimorem intelectualmente, bem como desenvolvam habilidades de interação social a partir da relação com o outro e da percepção sobre si mesmo. Os mesmos autores esclarecem que outra potencialidade do período da adolescência relacionase ao amadurecimento e ao reconhecimento que os sujeitos desenvolvem sobre a possibilidade de identificar diferentes alternativas e escolhas para a solução de problemas (BAPTISTA; BAPTISTA; DIAS, 2001).

Os professores ressaltaram a importância da educação sexual para os jovens em sala de aula, destacando questões no que se refere à saúde e à informação preventiva. Com isso, os docentes foram questionados se costumam abordar essa temática em sala e quais metodologias são empregadas. As respostas se mostram bem diversificadas, o que impossibilita a divisão em categorias. Vários recursos e diferentes metodologias de ensino foram empregadas. O uso de recursos didáticos e diferentes estratégias é fundamental para essa temática, a fim de despertar o interesse dos estudantes e proporcionar um ensino de qualidade que seja capaz de conscientizá-los. Além disso, faz-se necessário que as intervenções levem os alunos à reflexão de assuntos considerados polêmicos e que o professor considere a vivência dos alunos, as experiências individuais, busque a participação ativa do sujeito, visando vincular os conhecimentos adquiridos na escola, subsidiando a formação de jovens críticos, sujeitos de sua própria sexualidade. Assim também apontam Lima e Almeida (2010) quando afirmam que cabe ao educador escolher e avaliar qual a melhor didática sobre Sexualidade a ser abordada em suas aulas. Diálogo, seminário, pesquisas, debates, mesas redondas, palestras e abordagens lúdicoculturais são exemplos de abordagens que estimulam os alunos no entendimento de dificuldades sexuais presentes na adolescência.

Souza et al. (2015) enunciam que:

A abordagem da sexualidade pode englobar diversas modalidades didáticas, além da aula expositiva dialogada, tais como dinâmicas de grupos e jogos educativos, dramatizações, vídeos, músicas, cartazes, textos, estudos de caso, debates, desenhos e, sobretudo os/as alunos/as precisam ter um espaço para tirarem suas principais dúvidas. (SOUZA et al., 2015 p. 56)

Nesse sentido, Zerbinati e Bruns (2016) ressaltam que não se deve impor aos professores metodologias ou temas a serem abordados e sim oferecer instrumentos teóricos, metodológicos e subjetivos para que eles sejam capazes de enfrentar a realidade específica de cada escola. Sem o apoio adequado, o que se observa na prática é uma abordagem impessoal, exclusivamente informativa, desconectada, acrescida de uma dificuldade por parte dos docentes para separar suas crenças pessoais dos conhecimentos científicos (ZERBINATI; BRUNS, 2016).

Em seguida, os participantes foram questionados sobre o apoio que recebem, por parte da escola, dos pais e de colegas de trabalho. Alguns responderam que esse apoio é limitado ou inexistente, por vezes se restringindo simplesmente a não interferência nos temas abordados.

> P3. A escola não interfere diretamente, mas sempre solicita que tenha muito cuidado com a abordagem do tema. (Questionário)

> P9. A escola não oferece muito apoio, tenho receio de trabalhar essa temática e não ser bem-visto pela direção. (Questionário)

Analisando os relatos acima, observa-se que nem sempre os professores sentem-se apoiados no ambiente escolar, sendo a direção da escola ou a equipe pedagógica uma barreira que dificulta a concretização da Educação Sexual. É imprescindível que a direção e toda a equipe apoiem o educador nesse trabalho, a fim de favorecer uma educação livre de tabus e preconceitos. É responsabilidade da escola garantir os direitos do estudante, como o acesso à informação e à saúde, elementos necessários à formação de adolescentes responsáveis e conscientes da sua capacidade (BANDEIRA, 2016).

Já alguns professores mostraram que havia certo apoio da escola e de colegas, mas faltava colaboração por parte dos pais.

> P4. Por parte da escola e dos colegas, todo apoio necessário para que o projeto desenvolva da melhor maneira possível. Quanto aos pais, a frequência é muito baixa. (Questionário)

> P7. Apenas incentivos morais por parte da escola e apoio pedagógico por parte dos colegas. Geralmente, sem participação da família. (Questionário)

Conforme os depoimentos acima, pode-se concluir que a família nem sempre apoia o trabalho do professor e, muitas vezes, exime-se da responsabilidade de educar, dificultando ainda mais o trabalho do professor. Há também, por parte dos pais, a impressão de que, ao educar sexualmente os jovens, ocorreria estímulos à prática sexual precoce. Porém, o que se percebe é o contrário. A Educação Sexual não estimula os adolescentes a iniciarem a vida sexual, mas sim adotar comportamentos responsáveis (GONÇALVES et al., 2013). Ramiro e Matos (2008) sugerem que o apoio familiar em relação à sexualidade, bom relacionamento e a percepção de supervisão parental influenciam no adiamento da primeira experiência sexual dos filhos e na redução de gravidez não planejada.

Por último, boa parte dos professores mostraram respostas positivas no que se refere ao apoio mútuo da escola, pais e colegas.

> P2. A escola que trabalho é muito parceira e me fornece todo o material de apoio que necessito, tais como: multimídia, espaço físico, material pedagógico e autonomia para a execução do projeto. Meus colegas respondem à altura sempre que solicitados. Quanto aos pais, há uma parceria em casa com seus filhos, auxiliando-os nas tarefas extraclasse. Já montamos sala ambiente sobre o tema e atualmente utilizamos as salas de aula, multimídia e as tendas pedagógicas. (Questionário)

Baseado nos relatos acima, é possível inferir que uma maior aproximação entre família e escola faz muita diferença na efetivação de estratégias no ensino de temáticas relacionadas à Sexualidade. Por outro lado, é notório que educar sexualmente os adolescentes não é tarefa fácil e requer uma ação conjunta entre família e professores. Nesse contexto, Caldeira e Lopes (2018) mencionam que a Educação Sexual é um processo de interações constantes entre família e escola e tem como objetivo formar e informar os adolescentes, garantindo-lhes a capacidade de escolha e atitudes responsivas. Segundo Araújo (2015), os pais, em sua maioria, são a favor da Educação Sexual na escola, visto que o ambiente escolar é visto como parceiro na educação sexual dos seus filhos, não apenas com o enfoque biológico, mas também no contexto social.

Esse tema ainda é um tabu para a sociedade brasileira e, por isso, a falta de apoio por parte da família e da escola é um grande obstáculo para sua aplicação completa em sala de aula. Algumas falas denotam que a falta de apoio da família é um obstáculo na realização do trabalho com os estudantes, o que dificulta e desestimula o professor a desenvolver atividades ligadas à sexualidade. Os relatos a seguir exemplificam essa visão:

> E2. Tenho várias dificuldades, mas a maior dificuldade acredito ser a falta de apoio dos pais. Muitas vezes, percebo que tem assuntos que precisavam ser mais aprofundados, mas evito me aprofundar com medo da repercussão negativa. (Entrevista)

Essa ideia é confirmada na literatura, conforme descrito por Holanda et al. (2010), que consideram que a falta de apoio dos pais e da escola, além da falta de formação e insegurança por parte dos docentes para abordar a temática, são obstáculos para a efetivação de estratégias que possibilitem a formação de uma sexualidade saudável e responsável dos adolescentes. Em estudo mais recente, Soares e Monteiro (2019) argumentam que a falta de apoio dos gestores e de outros professores acaba por gerar uma sensação de isolamento e intimidação, o que pode interferir no diálogo aberto sobre o tema.

Ao serem questionados se sabem de colegas que abordam essa temática em sala de aula, as respostas se dividem em "sim" e "não", com certas ressalvas. Quatro desses professores relacionam a temática às aulas de biologia e/ou ciências; apenas um dos professores cita disciplinas como filosofia e sociologia; um professor afirma não saber se outros colegas abordam o tema, indicando que os trabalhos relacionados a esse tema ficam sempre a cargo dos professores de biologia na escola em que trabalha.

Os dados confirmam que, embora não sejam os únicos, os professores de Ciências e Biologia são os principais responsáveis por desenvolver um trabalho de Educação Sexual nas escolas, o que faz com que a abordagem seja marcada por um viés biológico, apenas.

Para Altmann.

os/as professores/as de Ciências acabam sendo os principais responsáveis pelo desenvolvimento de um trabalho de educação sexual nas escolas - apesar de não serem necessariamente os/as únicos/as. Isto também não quer dizer que esses/as professores/as trabalhem exclusivamente sob uma perspectiva biológica. Ocorre, porém, que o tema da sexualidade aparece de forma concreta na escola inserido no campo biológico e isso imprime, de uma forma ou de outra, marcas no trabalho ali desenvolvido (ALTMANN, 2006, p.8).

Percebe-se que o centro da temática da Educação Sexual está na disciplina de Biologia, sendo pouco abordado em outras disciplinas. Nesse ponto, ressalta-se a importância da interdisciplinaridade para tratar desse tema, podendo ocorrer projetos integrados entre professores de diversas disciplinas para a produção de um conteúdo de qualidade para os alunos.

A Educação Sexual não deve ser vinculada a uma disciplina específica, mas inserida a todos os conteúdos disciplinares, o que levaria os professores a se preparem para o trabalho com os educandos, superando o ensino fragmentado e abrangendo a abordagem para várias dimensões que não apenas a biológica, pois Sexualidade é um tema complexo que envolve várias dimensões e não deve se limitar a discursos formais com foco apenas na reprodução humana (SILVA, 2016).

A seguir, eles foram questionados sobre quais os tópicos consideram ser mais importantes na abordagem da Educação Sexual. As respostas foram bem variadas e organizadas em duas categorias: abordagem biologicista e abordagem emancipatória.

Na abordagem biologicista, o foco é dado aos conteúdos inseridos na disciplina de biologia, como questões relacionadas ao corpo humano, enfatizando o sistema reprodutor masculino e feminino, prevenção de ISTs e gravidez na adolescência, desconsiderando aspectos sociais e históricos que envolvem essa temática. A abordagem emancipatória compromete-se com mudanças no âmbito social dos envolvidos. Para que ela ocorra, é necessário se livrar de preconceitos, culpas e opressão, levando o adolescente a desenvolver sua autonomia em relação ao seu comportamento sexual, suprimindo o autoritarismo, acabando com preconceitos sexuais e com a violência sexual (BRITOS; SANTOS; GAGLIOTO, 2013).

Ao serem abordados sobre alguns obstáculos e tabus que impedem ou dificultem a implementação da Educação Sexual nas escolas, as respostas se concentram na relutância de pais e da instituição sobre o tema, por vezes lançado como polêmico ou evasivo para a juventude. Alguns falaram sobre essa dificuldade na família e na sociedade que vê o tema como um tabu:

- P1. Preconceitos da sociedade, família e religião. (Questionário)
- **P8**. Falta de apoio familiar e participação da sociedade. (Questionário)

Mediante esse contexto, é possível perceber que, mesmo sendo um tema fundamental para crianças e jovens em formação, um tema que não gira em torno do ato sexual em si, mas de todo um processo de conhecimento corporal e entendimento de diversos fatores que envolvam a sexualidade, a sociedade, no geral, mantém uma mente muito fechada com a aplicação desse conteúdo em sala, especialmente no que se refere à família e à religião. Como se não bastasse, ainda há falta de instrução dentro do ambiente familiar sobre o tema, assim, a criança cresce sem a compreensão sexual necessária para sua vida.

Outros falaram em falta de capacitação sobre o tema e sobre a falta de recursos para tratar do mesmo:

- **P6.** Falta de capacitação e falta de material didático. (Questionário)
- P7. Recursos para trabalhar. (Questionário)

Percebe-se que um problema que afeta a aplicação desse conteúdo em sala de aula é a falta de formação inicial e continuada do professor. Isso gera insegurança ao abordar essas temáticas, pois o tema está em constante transformação e se trata de um conteúdo que deve ser discutido minuciosamente. Sendo assim, é um tema difícil de ser abordado mesmo para quem se interessa pelo assunto.

Nessa direção, Bandeira (2016) afirma que há diversos obstáculos que dificultam ou impedem a abordagem da Educação Sexual pelos educadores. Entre as principais dificuldades estão a falta de formação específica na área, falta de tempo, uma vez que boa parte leciona em mais de uma escola, além da carência de materiais didáticos e outros recursos. A mesma autora destaca que devido a essa série de problemas o trabalho do professor acaba acontecendo de modo superficial.

3 Considerações finais

A pesquisa mostrou que, embora o tema Educação Sexual ainda seja envolto por tabus, mitos e preconceitos no contexto escolar, os professores sabem da importância e necessidade de abordar essa temática em sala de aula e esse trabalho quase sempre é motivado pelas dúvidas e curiosidades dos estudantes que se mostram muito interessados no assunto. O interesse do estudante é considerado um facilitador, favorecendo o envolvimento e participação dos jovens na concepção do conhecimento para uma sexualidade livre de preconceitos e tabus. No entanto, constatou-se que os professores participantes da investigação enfrentam desafios que dificultam a efetivação da educação sexual na escola sendo um deles o receio da censura dos pais. É preponderante que a inclusão da família nas atividades e o entendimento da importância do tema pode diminuir essa resistência.

Os educadores participantes da pesquisa não se sentem aptos para realizar o trabalho de educar sexualmente seus alunos, necessitando de formação continuada e recursos didáticos que subsidiem a prática docente, condições fundamentais para enfrentar os desafios descritos durante a pesquisa.

Constata-se que, mesmo com muitos preconceitos e tabus relacionados à sexualidade, os professores. Consideram que é possível abordar a Educação Sexual no âmbito escolar, com atividades que favoreçam o ensino da temática, como, por exemplo, uso de recursos didáticos, como dinâmicas, jogos, entre outros.

Pode-se perceber, ainda, que prevalece uma perspectiva biológica da Sexualidade com abordagens voltadas para a fisiologia do sistema reprodutor masculino e feminino e prevenção de ISTs. A transversalidade proposta nos documentos oficiais não se concretizou, uma vez que o assunto tende a ser abordado quase que exclusivamente na disciplina de Biologia.

Espera-se que esse trabalho contribua para fortalecer a reflexão em torno de obstáculos que dificultam a abordagem da Educação Sexual no âmbito escolar, além de contribuir para os estudos acerca do tema.

Referências

ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo de; CENTA, Maria de Lourdes. La familia y la educación sexual de los hijos: implicaciones para la enfermería. Acta Paulista de **Enfermagem**, v. 22, n. 1, p. 71-76, 2009.

ALTMANN, Helena. Sobre a educação sexual como um problema escolar. **Revista Linhas**, v. 7, n. 1, 2006.

ARAÚJO, Alessandra Vanessa Simões de et al. O papel dos pais na educação sexual de adolescentes: uma revisão integrativa. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, v. 13, n. 2, p. 117-128, 2015.

BANDEIRA, Josiane et al. Perception of educators on sexual guidance at school: a floor they never treaded. Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE, v. 10, n. 3, 2016.

BAPTISTA, Makilim Nunes; BAPTISTA, Adriana Said Daher; DIAS, Rosana Righetto. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco na depressão de adolescentes. Psicologia: **ciência e profissão**, v. 21, n. 2, p. 52-61, 2001.

BARBOSA, Luciana Uchôa; FOLMER, Vanderlei. Facilidades e dificuldades da educação sexual na escola: percepções de professores da educação básica. Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, v. 9, n. 19, p. 221-243, 2019.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: fundamentos, métodos e técnicas. Portugal: Porto Editora, p. 15-80, 1994.

BONFIM, Claudia Ramos de Souza et al. Educação sexual e formação de professores de ciências biológicas: contradições, limites e possibilidades. 2009.

BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; DE OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues. Silêncio! Não desperte os inocentes: sexualidade, gênero e educação sexual a partir da concepção de educadores. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 10, n. 6, p. 1445-1462, 2015.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília: MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013pdf/file. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL, MEC/SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: temas transversais. Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRITTOS, Eritânia Silmara; SANTOS, Aline Bruna; GAGLIOTTO, Giseli Monteiro. A importância da educação sexual na formação de professores: o projeto laboratório de educação sexual adolescer e a intervenção necessária junto aos adolescentes no espaço escolar. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, 3., 2013.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidades, sexualidade e currículo. In: LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 4. ed.; Belo Horizonte: Autêntica, 2018, p. 105-142.

BUENO, Kely Cristina; FRANZOLIN, Fernanda. A utilização de recursos didáticos nas aulas de ciências naturais nos anos iniciais do ensino fundamental. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS - ENPEC, 11., Anais do... Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. v. 6, p. 1-10.

BULZONI, Ana Maura MC; LEÃO, Andreza MD Castro; MUZZETI, Luci Regina. Gestores escolares: formação continuada em sexualidade uma vivência contemporânea. Revista Internacional de Formação de Professores, v. 3, n. 24, p. 5-16, 2019.

BUSTON, Katie; WIGHT, Daniel; HART, Graham. Inside the sex education classroom: the importance of context in engaging pupils. Culture, health & sexuality, v. 4, n. 3, p. 317-335, 2002.

CALDEIRA, Ermelinda; LOPES, Manuel José. Educação sexual na escola - contextos para a mudança. Revista Ibero-Americana de Saúde e Envelhecimento, v. 3, n. 3, p. 1147, 2018.

DUARTE, Pedro Miguel Seabra. Educação da sexualidade: modelos e representações de professores. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Aveiro. Aveiro, PT: Departamento de Educação, 2010.

EISENBERG, Marla E. et al. Barriers to providing the sexuality education that teachers believe students need. **Journal of school health**, v. 83, n. 5, p. 335-342, 2013.



FARIAS, Mariana Oliveira. Famílias homoparentais e escola: reflexões e possibilidades. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 10, n. 6, p. 1477-1488, 2015.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação sexual: professores não podem doutrinar. Pais e mães podem? In: DESIDÉRIO, Ricardo (Org.). Sexualidade, educação e mídias: novos olhares, novas práticas, p.97-110, 2016.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível. Londrina: Eduel, 2006.

FROST, Jennifer J.; LINDBERG, Laura Duberstein; FINER, Lawrence B. Young adults' contraceptive knowledge, norms and attitudes: associations with risk of unintended pregnancy. Perspectives on Sexual and Reproductive Health, v. 44, n. 2, p. 107-116, 2012.

GONCALVES, Randys Caldeira; FALEIRO, José Henrique; MALAFAIA, Guilherme. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. Holos, v. 5, p. 251-263, 2013.

GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira; CUSATI, Iracema Campos; COSTA, Kleber Ferreira. Por um currículo plural na perspectiva do multiculturalismo. **Dialogia**, n. 30, p. 157-168, 2018.

HOLANDA, Marília Lima et al. O papel do professor na educação sexual de adolescentes. Cogitare Enfermagem, v. 15, n. 4, p. 702-708, 2010.

KING, Bruce M. The need for school-based comprehensive sexuality education: some reflections after 32 years teaching sexuality to college students. American Journal of **Sexuality Education**, v. 7, n. 3, p. 181-186, 2012.

KIRBY, Douglas; OBASI, Angela; LARIS, B. A. The effectiveness of sex education and HIV education interventions in schools in developing countries. Technical Report Series-World Health Organization, v. 938, p. 103, 2006.

LIMA, Edson; ALMEIDA, Graziela Brito. Educação sexual e práticas pedagógicas. In: Anais Eletrônicos do IV Colóquio de História "Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade". Luiz C. L. Marques e Newton D. A. Cabral (Org.). Recife, 16 a 19 de outubro de 2010. p.1-11. ISSN: 2176-9060. Disponível em: http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/

LIONCO, Tatiana; DINIZ, Debora. Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. Revista Psicología Política, v. 8, n. 16, p. 5, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Autêntica, 2018.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. Em **Aberto**, v. 5, n. 31, 2011.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; VILAÇA, Teresa. Revisão da literatura sobre as concepções de professores (as) em relação à sexualidade de alunos (as) com deficiência intelectual para



um quadro conceitual de formação de professores (as) em educação inclusiva. Revista Educação Especial, v. 30, n. 59, p. 669-680, 2017.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; VILACA, Teresa. Teachers' conceptions about the sexuality of students with disabilities: effects of teacher training. **Trends in Psychology**, p. 1-15, 2020.

MARAFON, G. Recusa à judicialização e ao Projeto Escola sem Partido. Análises a partir das ocupações estudantis. **Sisyphus: Journal of Education**, v.5, n.1., p. 9-30, 2017.

MOLINA, Ana Maria Ricci; SANTOS, Welson Barbosa. Educação sexual e currículo de ciências/biologia: desafios à prática docente. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 13, n. 4, p. 1149-1163, 2018.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual: discursiva. Ijuí: Unijuí, 2007.

PRESTON, Marilyn J. 'They're just not mature right now': teachers' complicated perceptions of gender and anti-queer bullying. **Sex Education**, v. 16, n. 1, p. 22-34, 2016.

PRESTON, Marilyn. "I'd rather beg for forgiveness than ask for permission": Sexuality education teachers' mediated agency and resistance. Teaching and Teacher Education, v. 77, p. 332-340, 2019.

QUEIROZ, Vanessa dos Reis; DE ALMEIDA, Janie Maria. Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba, Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba, v. 19, n. 4, p. 209-214, 2017.

QUIRINO, Glauberto da Silva; ROCHA, João Batista Teixeira da. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. **Educar em Revista**, n. 43, p. 205-224, 2012.

RAMIRO, Lúcia; MATOS, Margarida Gaspar de. Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. **Revista de Saúde Pública,** v. 42, n. 4, p. 684-692, 2008.

RODRIGUES, Adriana R. Ferreira; SALLES, Gilsani Dalzoto. Educação Sexual, Gênero e Diversidade Sexual: formação de professoras e alunas multiplicadoras como metodologia de ensino. SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2011. **Anais do...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2011. v. 18, 2011. ISSN2177-8248

SARMENTO, Sued Sheila et al. Estratégias metodológicas nas abordagens sobre IST no ensino fundamental. Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, v. 8, n. 17, 2018.

SILVA, Caio Samuel Franciscati; BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Base nacional comum curricular e diversidade sexual e de Gênero: (des) caracterizações. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 14, n. esp. 2, p. 1538-1555, 2019.

SILVA, Costa E. et al. Discussing sexuality/sti in the school context: public school teacher's practices. Journal of Nursing UFPE/Revista de Enfermagem UFPE, v. 10, 2016.

SINAI, Mirit; SHEHADE, Farida Masrawa. Let's (not) talk about sex: challenges in integrating sex education in traditional Arabic Society in Israel. International Journal for the Advancement of Counselling, v. 41, n. 3, p. 361-375, 2019.

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, v. 35, n. 73, p. 287-305, 2019.

SOUZA, Elaine de Jesus; SANTOS, Claudiane, SILVA, Joilson Pereira. Educação Sexual na Escola: concepções e modalidades didáticas de docentes sobre sexualidade, gênero e diversidade sexual. **Interfaces Científicas**, v.3, n.3, p.51-62, 2015.

VIEIRA, Michelangela Pinto et al. Espaço dialógico sobre sexualidade na adolescência: e agora, professor? Revista de Educação do Vale do São Francisco-REVASF, v. 7, n. 14, p. 120-140, 2018.

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública. Revista **Brasileira de Educação,** v. 22, n. 69, p. 453-474, 2017.

VILAÇA, Teresa. InterAção no núcleo da promoção de sexualidades saudáveis: competência para a ação, ação e uso de tecnologias de informação e comunicação na escola. Revista **Linha**s, v. 17, n. 34, p. 28-57, 2016.

YU, Juping. Teenage sexual attitudes and behaviour in China: a literature review. Health & **social care in the community**, v. 20, n. 6, p. 561-582, 2012.

ZERBINATI, João Paulo; DE TOLEDO BRUNS, Maria Alves. A Sexualidade Feminina Contextualizada No Filme "The Witch". Leitura Flutuante. Revista do Centro de Estudos em Semiótica e Psicanálise. v. 8, n. 1, 2016.

ZOMPERO, Andreia Freitas et al. A temática sexualidade nas propostas curriculares no brasil. **Revista Ciências & Ideias**, v. 9, n. 1, p. 101-114, 2018.

WEREBE, Maria José Garcia. Sexualidade, política e educação. Sexualidade, política, educação. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

> Recebido em outubro de 2020. Aprovado em maio de 2021.

Revisão gramatical realizada por: Pedro Henrique Santos

E-mail: pedrohsf_@hotmail.com